Artigo original
https://doi.org/10.54260/eb.v38i146.451
ESTUDOS BÍBLICOS

Profecia bíblica e anarquismo na Tanakh:

Biblical Prophecy and Anarchism at Tanakh

Álvaro César Pestana*

* Doutor em Ciências da Religião (Universidade Católica de Pernambuco), Mestre em Letras Clássicas (Universidade de São Paulo) e Especialista em Docência Superior em Teologia (Faculdades Batista do Paraná. Docente no Seminário Teológico EBNESR, Recife, Brasil.
alvarocpestana@gmail.com

Recebido em: 12/12/2021
Aprovado em: 29/03/2023

Licença *Creative Commons* CC BY-NC 4.0

Resumo

A tradição profética da religião de Israel incluía muitos elementos que podem ser aproximados ao pensamento anarquista hodierno. O objetivo deste artigo é observar a presença de discursos que podemos, na atualidade, classificar como anarquistas e antimonarquistas em toda a Tanakh a partir de pesquisa bibliográfica qualitativa. A partir de uma caracterização mínima do anarquismo, analisaremos sua presença no discurso profético nos Profetas Anteriores, sobretudo nos livros de Juízes e 1Samuel, completando a análise com uma leitura do "estatuto do rei" de Deuteronômio 17 e de alguns textos dos Kethuvim. Os resultados do estudo indicam que este tipo de pensamento anarquista entre os profetas hebreus muitas vezes se manteve em tensão com a monarquia, corrigindo seus excessos. Esta tensão é própria do pensamento anarquista até a atualidade que não é capaz de propor uma forma de governo, mas serve de corretivo para as formas que se instituírem no poder.

Palavras-chave: Anarquismo. Profetismo. Antimonarquismo.

Abstract

The prophetic tradition of Israel's religion included many elements that can be approximated to today's anarchist thought. The purpose of this article is to observe the presence of discourses that we can, nowadays, classify as anarchist and anti-monarchist throughout the Tanakh based on qualitative bibliographical research. Starting from a minimal characterization of anarchism, we will analyze its presence in the prophetic discourse in the Previous Prophets, especially in the books of Judges and 1 Samuel, completing the analysis with a reading of the "statute of the king" of Deuteronomy 17 and of some texts of the Kethuvim. The results of the study indicate that this type of anarchist thinking among the Hebrew prophets often remained in tension with the monarchy, correcting its excesses. This tension is characteristic of anarchist thought until the present time, which is not able to propose a form of government but serves as a corrective for the forms that are instituted in power.

Keywords: Anarchism. Prophetism. Antimonarchism.

abib
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica

1 Introdução

O objetivo deste artigo é ressaltar que, dentro da tradição profética do antigo Israel, uma corrente, que podemos classificar hoje como anarquista esteve presente em muitas ocasiões. Essa concepção se revela em vários discursos proféticos, sendo o pensamento mais antigo dentre os profetas e, mesmo com a instalação posterior da monarquia, esta vertente do pensar nunca foi abandonada, servindo de contraponto dialético com o *status quo* estabelecido desde o início da monarquia.

Este trabalho será realizado por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa a partir de textos da *Tanakh*, sobretudo dos *Nevi'im Rishonim* (Profetas Anteriores), mas também levando em conta os *Nevi'im Aharonim* (Profetas Posteriores), a *Torah* e os *Kethuvim* (Escritos). Estes textos serão lidos a partir de autores que apresentam os conceitos básicos do anarquismo e por meio dos que fazem a interface entre anarquismo e o pensamento judaico-cristão.

Evitaremos a análise da *Tanakh* por meio das teorias de fontes por serem altamente hipotéticas e especulativas (ARCHER JR., 1974, p. 86-196; YOUNG, 1964, p. 115-161). Umberto Cassuto (1974, p. 2-3), por exemplo, seguia outros critérios para o seu famoso comentário do livro de Gênesis. Nossa leitura dos textos canônicos se fará pelo ponto de vista epistemológico do "realismo crítico" proposto por vários autores, mas sobretudo por N. T. Wright (1992, p. 31-46; 61-64). Nesta postura, evita-se o otimismo simplista do positivismo e as posturas subjetivas e relativistas da fenomenologia solipsista. O "realismo crítico" aborda o conhecimento como relacional:

> Esta é uma forma de descrever o processo de 'conhecimento' que reconhece a *realidade da coisa conhecida, como algo diferente do conhecedor* (daí o 'realismo'), ao mesmo tempo que reconhece plenamente que o único acesso que temos a esta realidade está ao longo do caminho espiralado do *diálogo apropriado ou da conversa entre o conhecedor e a coisa conhecida* (portanto, 'crítica') (WRIGHT, 1992, p. 35, tradução minha, grifo do autor).

Isto leva a acolher três premissas básicas: (1) como observadores em busca de conhecer, partimos de nosso ponto de vista; (2) inevitavelmente, observaremos e conhecer conforme nossa própria história, critérios, valores, cosmovisões e sobretudo, nossas metanarrativas assumidas; (3) meu ponto de vista e as lentes metafóricas que utilizo, dependem da comunidade humana à qual ou às quais pertenço, com suas pressuposições, valores e crenças (WRIGHT, 1992, p. 36).

Wright enfatiza o papel da cosmovisão, da história e das metanarrativas que assumimos como moldura e, na realidade, critério do conhecimento: "tudo que eu conheço é algo ou alguma coisa que tem lugar dentro de minha história" (WRIGHT, 1992, p. 37, tradução minha).

A partir de uma caracterização mínima mas suficiente do anarquismo, analisaremos sua presença no discurso profético nos livros de Proféticos da *Tanakh*. A análise será complementada com uma leitura do Deuteronômio e de alguns textos dos *Kethuvim*. Ao final, indicaremos os aspectos característicos do anarquismo dos profetas hebreus. Esta caracterização mínima do anarquismo, deliberadamente abrangente, servirá como chave heurística para selecionar e comentar textos onde elementos do anarquismo podem ser apontados. Admite-se uma circularidade metodológica: a partir de *insights*

do pensamento anarquista, encontramos textos onde estes *insights* podem encontrar eco, uma vez que as propostas do anarquismo são claramente modernas.

2 O anarquismo

O senso comum nada sabe do anarquismo. No pensamento popular, o anarquismo é compreendido como um comportamento caótico, violento, destrutivo e irracional. Muitas vezes é associado ao terrorismo. Em sua concepção original, "anarquia" tem a ver com ausência de governante e não com ausência de ordem: "uma sociedade organizada sem governo coercitivo" (CROWDER, 1991, p. 1, tradução minha). No grego clássico, *anarchia* significava tanto a "ausência de chefia" como também a "recusa de obedecer" (MALHADAS; DEZOTTI; NEVES, 2006, p. 66). Estes dois sentidos estão presentes no que se articula como postura anarquista na modernidade. "Portanto, anarquia etimologicamente quer dizer sem governo, sem autoridade, sem superiores. Somente." (COSTA, 1980, p. 12).

Os anarquismos modernos são categorizados em vários matizes e tendências tais como o "mutualismo", o "coletivismo", o "anarco-comunismo" e o "anarco-socialismo" (COSTA, 1980, p. 7). O anarquismo com o qual estamos tratando exclui as vertentes violentas do movimento conforme o pensar de Jacques Ellul:

> Se eu excluir o anarquismo violento, ainda fica o anarquismo pacifista, antinacionalista, anticapitalista, moral e antidemocrático (que é hostil à falsa democracia criada pelos estados burgueses). Subsiste ainda o anarquismo que age pelos meios de persuasão, pela criação de pequenos grupos e redes, denunciando falsidade e opressão, visando uma real derrubada de todos os tipos de autoridade, com as pessoas falando ao fundo e se organizando (ELLUL, 2005, p. 22, tradução minha).

Em nossa análise bíblica da *Tanakh*, nenhuma destas categorias recentes estará em foco, mas apenas as teses centrais dos anarquismos que claramente se evidenciam nos textos bíblicos: ausência de governo central, ausência de taxação e de encargos e diminuição do aparato governamental sobre a população. Em termos gerais,

> [...] o que os anarquistas aspiram não é a abolição do poder, mas sua dispersão, seu equilíbrio, de modo que seja ideal e equitativamente distribuído [...] Anarquismo não significa permissividade; antes, é a rejeição do poder coercitivo (MORRIS, 2007, p. 4, tradução minha).

Os elementos mais básicos do pensamento anarquista são a liberdade (CROWDER, 1991, p. 4), o equilíbrio e a equanimidade, contra o acúmulo da propriedade e a recusa do compartilhar, rejeitando todo poder abusivo ou coercitivo e todo aparato que consome energias e recursos da sociedade tornando-se um fim em si mesmo e um fardo para os setores produtivos e ativos da sociedade.

O anarquismo é um fenômeno moderno, que nunca conseguiu se impor de modo claramente articulado em um governo nacional estável (COSTA, 1980, p. 29), contudo, o que observaremos nestes estudos da *Tanakh*, é que muitas de suas ideias, axiomas e princípios encontram reforço e eco em algumas tradições proféticas do Israel antigo.

3 O anarquismo na *Tanakh*

Jacques Ellul (2005, p. 8, tradução minha) em uma autobiografia intelecto-espiritual, ressaltou que percebia na Bíblia uma "orientação para um certo anarquismo". A discussão de aspectos do anarquismo presentes nas Escrituras judaico-cristãs já foi explorado por muitos autores de diversas origens e tendências (BUBER, 1971; 1982; ELLUL, 2005; VAN STEENWYK, 2012; CHRISTOYANNOPOULOS; ADAMS, 2017; 2018; 2020).

Um aspecto do anarquismo que percorre vários textos da *Tanakh* diz respeito ao nomadismo como ideal de vida, em contraste com a vida nas cidades ou a vida dos agricultores (DE VAUX, 2003, p. 32-37). O ideal nômade contra o sedentário se encontra desde as narrativas da *Torah*, sobre Caim e Abel (Gn 4) até o encontro de Jeremias com os Recabitas que se mantinham à parte da sociedade em seu voto nômade do clã (Jr 35).

Outra forma de anarquismo ocorre no período dos juízes de Israel, conforme a narrativa do livro dos Juízes. Neste livro observa-se como

> YHWH estabelece uma brilhante realidade econômica e política, que seguirá as práticas econômicas do Jubileu e, em vez de ter um governo centralizado, empregará uma liderança temporária quando houver necessidade. Em vez de um rei, Deus habita entre eles para governar diretamente, em vez de governar por meio de reis ou sacerdotes. Por exemplo, um dos líderes que emerge, Gideão, diz ao povo 'Eu não vou governar sobre você, nem meu filho irá governar sobre você. O Senhor governará sobre você.' (VAN STEENWYK, 2012, tradução minha).

É justamente neste ponto que começamos a observar de modo muito claro que elementos do anarquismo fazem parte do pensamento originário e fundamental da religião de Israel.

4 O apólogo de Jotão

Uma das mais claras defesas da manutenção da confederação das tribos de Israel sob princípios anárquicos se observa na alegoria preciosa intitulada "o apólogo de Jotão" ou "a fábula de Jotão", no Livro de Juízes (Jz 9,7-21). Ela mostra que, mesmo antes da instituição dos primeiros reis por meio de Samuel e dos outros profetas, a experiência de um reinado perverso já prenunciou, historicamente, os problemas de abuso de poder dos reis.

Por causa do grande sucesso da ação libertadora de Gideão, os israelitas o convidaram a exercer domínio dinástico sobre Israel (Jz 8,22). O verbo usado é *mashal*, governar ou reger (HOLLADAY, 2010, p. 310). Gideão, na melhor tradição do Israel tribal, responde que apenas Deus pode dominar sobre o povo (Jz 8,23). Este pressuposto aparece toda vez que se discute a instalação de reis em Israel (1Sm 8,7-9; 10,19; 12,12.17.19). Esta recusa do poder real e do exercício de domínio será elogiada na narrativa anarquista apresentada por Jotão (Jz 9,7-21).

Com a morte de Gideão, um filho dele com uma concubina chamado Abimeleque, ou seja, um filho sem plenos direitos de herança, conspira contra os setenta filhos de Gideão e mata a todos eles menos um, chamado Jotão (Jz 9,1-6). Ele foge, mas

profere seu discurso que é um dos textos mais antimonárquicos e anarquistas do Velho Testamento (Jz 9,7-21).

A tese desta fábula tem dois aspectos. O primeiro afirma que as pessoas produtivas, úteis e beneficentes recusam o poder e o domínio, pois teriam que interromper seu serviço prestado aos outros. A decisão histórica de Gideão de não reinar, de não aceitar dominar é tomada como uma prova de que os nobres e bons não aceitam as funções de governo. O segundo aspecto da tese afirma que o desejo de poder e domínio brota dos inúteis, dos arrogantes, dos que não servem a nada e a ninguém. A conspiração de Abimeleque para obter o reino é a prova de que os ineptos buscam o poder (MOORE, 1958, p. 244-245).

Para nossa análise, o chamado "apólogo de Jotão" se torna uma contínua advertência contra o desejo de poder e contra os que o almejam apenas por interesse pessoal. Apesar de alguns relativizarem a crítica de Jotão ao caso específico de Abimeleque (MOORE, 1958, p. 248) e de outros afirmarem que o problema era o modelo cananeu de regência com cidades-estados explorando o povo (BLOCK, 1988, p. 45), fica o discurso antimonárquico e anarquista que será lido na realidade político-cultural das monarquias de Israel e Judá. Certamente, o livro de Juízes se ressente da ausência de um rei que coordene a nação enfatizando o caos decorrente desta situação (Jz 17,6; 18,1; 19,1; 21,25). A história de Abimeleque, contudo, prenuncia o que farão os maus reis de Israel e Judá, além de fazer perene o discurso anarquista entre os livros proféticos de Israel.

Alguns axiomas do anarquismo podem ser observados neste texto:

a) Exercer governo é uma atividade inútil à sociedade que é rejeitada pelas pessoas e setores produtivos;
b) Exercer governo é uma atividade almejada pelos membros inúteis de uma sociedade;
c) A nação pode conduzir-se e governar-se com o serviço de cada indivíduo ou grupo sem necessidade de um regente sobre todos.

5 Samuel e o direito do rei

Um segundo momento em que o pensamento anarquista encontra eco no discurso profético é apresentado pelo profeta Samuel na ocasião em que os anciãos de Israel pedem um rei (1Sm 8,4-5). A justificativa para a escolha de um rei era dupla. Primeiro, os anciãos acusaram os filhos de Samuel de serem incapazes de continuar seu legado. Depois, afirmou-se a necessidade de ter um governo monárquico como o das nações circundantes, sobretudo para comandar um exército nas guerras (1Sm 8,19-20).

Neste texto, o pedido de um rei não é justificado pela permissão do Deuteronômio (Dt 17,14-20), mas pelo desejo de articulação militar, semelhante à das outras nações (1Sm 9,5.19). Para eles, a ameaça dos reis amonitas foi um dos motivos para se buscar um rei em Israel (1Sm 12,12). Provavelmente, a presença e ameaça da agressão da pentápolis filisteia na região costeira, altamente organizada e militarizada era outro motivo para ter um rei, pois eles não podiam ser vencidos por uma confederação de tribos sem exército regular – pelo menos na opinião prevalecente entre as aristocracias tribais de Israel (BRIEND, 1985, p. 51).

Samuel sentiu-se pessoalmente rejeitado (1Sm 8,6) pois ele mesmo havia designado seus filhos como juízes (1Sm 8,1-3). Samuel consultou a *Yahweh* sobre o pedido

dos anciãos e ele respondeu dizendo que não era apenas a rejeição de Samuel, mas do próprio *Yahweh* que subjazia a este pedido, contudo, *Yahweh* o permitiu, ordenando, porém, que Samuel explicasse o chamado "direito do rei" (1Sm 8,7-9).

O "direito do rei" é um discurso que deixa claras todas as formas de interferência e até de exploração da casa real sobre a nação que ela governa (1Sm 8,9-18). Ele também é aludido mais tarde na história da escolha de Saul (1Sm 10,25) e prevê o custo social e material para a manutenção de uma monarquia. Antecipa os excessos que se estabelecerão posteriormente, sobretudo, nos tempos de Salomão. Esta lista de direitos do rei e obrigações do povo já são um eloquente apelo contra a monarquia e contra a hierarquização da sociedade – são o apelo tradicional do anarquismo. Apesar de ser um discurso permissivo quanto à instituição do reinado, na prática, o reinado sempre evocava o perigo da exaltação de uma pessoa muito acima das outras conforme este "direito do rei" (1Sm 8,9.11; 10,25).

Toda a fala profética de Samuel é um discurso claramente antimonarquista, antecipando muitos lugares comuns do raciocínio anarquista e finalizado com uma advertência de que não haverá socorro divino para escapar desta má opção sociopolítica (1Sm 8,10-18). Em termos retóricos, a explicitação do "direito do rei" era o último convite a uma reconsideração do pedido de um rei. Contudo, o discurso profético não foi aceito e o pedido dos anciãos prevaleceu (1Sm 8,19-22). Ellul (1972, p. 18) vai dizer que Deus não insistiu com seu projeto de governo mas aceitou a desobediência do seu povo.

Depois da escolha, unção do rei Saul e de suas primeiras ações de seu reinado (1Sm 9–11), Samuel resigna seu cargo de juiz e faz um longo discurso de despedida (1Sm 12). No que diz respeito à sua visão do estabelecimento da monarquia, sua profecia continua crítica contra a monarquia e contra a escolha de um rei humano. Samuel utiliza a história das guerras contra Naás, o amonita, como testemunho contra a escolha de um rei em Israel. Na época que Naás tentou tornar-se rei de Israel pela conquista, eles responderam que seu rei era *Yahweh* (1Sm 12,12), mas depois, pediram um rei humano sobre eles (1Sm 12,13). Samuel viu nisso uma ação inconsistente e infiel. Trovões e chuva em época de estio (tempo da colheita) seriam a prova de que Deus não apreciou a forma como eles escolhendo um rei, estavam rejeitando o seu reinado divino (1Sm 12,17-18). O pedido de um rei é tratado como pecado (1Sm 12,19-25). O povo reconheceu o pecado de escolher um rei humano numa atitude de rejeição do reinado de *Yahweh* (1Sm 12,19), mas Samuel afirma, novamente, que se forem fiéis, eles e o seu rei, Deus os perdoaria e abençoaria (1Sm 12,20-25).

Mais uma vez, em consistência com todos os relatos anteriores, a monarquia e o rei humano sobre Israel, embora permitido e até previsto, era uma questão envolta em crítica e advertências. O discurso antimonarquista, a favor de uma teocracia comunitária anarquista é clara nestes textos.

Destas narrativas mais alguns axiomas do anarquismo podem ser ressaltados:

a) A autonomia tribal e a falta de governo central não significa que Deus não estava no governo da nação – Deus reinava em Israel tribal e "anárquico";
b) O governo divino se realizava apenas pelas intervenções necessárias, por meio de agentes divinos envolvidos em missões específicas: os juízes maiores, ou libertadores (Por exemplo: Otoniel, Eúde, Sangar, Baraque/Débora, Gideão, Jefté e Sansão);
c) O governo divino também se realizava sem a necessidade de centralizações do poder por meio de agentes locais de justiça e paz: os juízes menores ou

juízes administradores (Por exemplo: Débora, Tola, Jair, Ibsã, Elom e Abdom);

d) O rei e a corte representam um peso e uma condição de opressão para a todas as tribos – não são necessários para a nação;
e) Deus aceitou o governo centralizado e hierárquico como um mal a ser tolerado em função das dificuldades da nação de viver corretamente uma antiga modalidade de anarquismo.

6 O deuteronômio e o rei exemplar

O modelo de rei, conforme Deuteronômio 17,14-20, apresenta eco para muitos elementos do discurso anarquista apesar de ser uma legislação que prevê a possibilidade da instalação de reis em Israel. Note-se, contudo, que o texto não exige e nem obriga a indicação de reis, mas legisla a possibilidade da atuação deles. Pode-se imaginar que a legislação sobre o rei funcionava como as leis casuísticas: leis que contam um "caso" e depois pronunciam a "lei". Nesta situação, Deuteronômio 17 apresenta o que fazer em "caso de escolha de um rei", mas de modo nenhum o texto implicava na necessidade de um rei.

Este estatuto do rei tem aspectos *sui generis* em relação às legislações sobre os reis do mundo antigo. Um dos detalhes mais importantes é que em Israel os reis não faziam as leis, mas estavam sob a lei de *Yahweh* (BOECKER, 2004, p. 69). Embora em todas as nações os reis ou fossem indicados pelos deuses ou fossem deuses eles mesmos (WALTON; MATTHEWS; CHAVALAS, 2003, p. 193), em Israel eles seriam legislados dentro do conjunto de "leis deuteronômicas relativas aos cargos e funções (Dt 16,18—18,22)" (BOECKER, 2004, p. 69). Os juízes, os reis, os sacerdotes, os levitas e os profetas (DRIVER, 1902, p. 199) são legislados conjuntamente de modo que não se dá grande ênfase ao rei (BOECKER, 2004, p. 69).

O que nos interessa, nesta leitura, é o discurso contracultural e inovador da Lei Mosaica com respeito aos reis, que tem muitos pontos de contato com a crítica anarquista contra os governos.

Em primeiro lugar, eles não seriam absolutamente necessários e a existência de reis ocorreria por permissão divina e não por força de legislação (Dt 17,14; CRAIGIE, 1976, p. 253): "sua ordenação não seria ordenada pelo legislador, mas somente permitida" (DRIVER, 1902, p. 209, tradução minha). O pressuposto é que Deus é o verdadeiro e único rei: Israel é uma teocracia (CRAIGIE, 1976, p. 253). Logo, o pressuposto maior do pensamento da aliança é um pressuposto que se aproxima do pensamento anarquista: sem rei humano, pois Deus é o rei.

Em segundo lugar, os reis a serem escolhidos teriam que se submeter a várias condições: (1) teriam que ser aprovados por Deus; (2) teriam que ser compatriotas, ou seja, israelitas; (3) não poderiam multiplicar cavalos, mulheres e riquezas; (4) teriam que ser fiéis cumpridores da *Torah*, promovendo-a entre o povo (Dt 17,15-20).

Estes requisitos já mostram que grande diferença a legislação de Israel já estabelecia para os que iam assumir posições de governança. Enquanto no entorno de Israel e na cultura da Antiguidade os reis eram divinos (WALTON; MATTHEWS; CHAVALAS, 2003, p. 193), em Israel o rei seria um "irmão" (Dt 17,15.20): este pequeno texto insiste neste termo, citando-o duas vezes – o rei é, antes de tudo, um irmão. O princípio anarquista de igualdade e fraternidade encontra paralelo aí. A exigência de o rei ser um

israelita fazia com que ele estivesse debaixo da aliança com *Yahweh* e garantisse o comprimento da mesma (CRAIGIE, 1976, p. 254). Somente assim ele seria, verdadeiramente, um "irmão" dos seus súditos.

Ele precisaria ser aprovado por Deus, que no fim das contas era o único rei. A aliança de Israel com *Yahweh*, sobretudo na forma literária como é apresentada no esboço do livro de Deuteronômio, foi moldada e registrada no formato dos tratados de suserania dos antigos reis do Segundo Milênio antes de Cristo (MCCARTHY, 1963; ARNOLD; BEYER, 2001, p. 148-151; BRIEND; LEBRUN; PUECH, 1998, p. 131-133; CLEMENTS, 1995, p. 314-317). O uso deste formato de aliança implica no fato que *Yahweh* é o único Rei de Israel.

Disto decorrem três proibições. Primeiro, qualquer outro tratado de reconhecimento de outros reis seria uma quebra da aliança – logo, os profetas eram contra alianças políticas. Segundo, aceitar um rei estrangeiro era rejeitar o reinado de *Yahweh* (1Sm 12,12). Terceiro, o pedido de um rei como foi feito no tempo de Samuel era um pecado contra a aliança (1Sm 12,17.20.25).

A aparente contradição entre 1Samuel e Deuteronômio 17 tem sido interpretada de diferentes modos. Para a crítica documental, as costumeiras inversões da ordem dos livros bíblicos e dos documentos tem sido a resposta mais comum, embora esta metodologia equivocada exauriu-se e chegou modernamente a uma aporia (CLEMENTS, 1995, p. 119-128). Para outros, não convencidos pelas teorias documentais, que não dão conta da unidade poética e literária dos textos (CLEMENTS, 1995 p. 126), pode-se optar pela razoável explicação de Young (1964, p. 188): "havia sido profetizado que Israel teria um rei; ainda que o povo depois tenha solicitado o rei com um espírito errado."

As três proibições são totalmente contraculturais e reforçam o caráter humilde e comedido do rei em Israel: não acumular muitos cavalos, não acumular muitas mulheres e não acumular muita prata e ouro (Dt 17,16-17). "A palavra 'muito' se repete inalteradamente por três vezes" (BOECKER, 2004, p. 71). Não impede o rei de ter acesso a estes bens dentro da normalidade, mas proíbe-se os excessos. "Ele tem que permanecer um irmão entre irmãos" (BOECKER, 2004, p. 71). A desobediência a estas injunções levaria à opressão, à injustiça e, finalmente, ao completo abandono da Aliança. O comedimento ajudaria a manter a proximidade com o povo (CRAIGIE, 1976, p. 256). A crítica aos excessos dos governos encontra perfeita ressonância no discurso anarquista que vê no governo uma instituição parasitária, que consome recursos sem nada produzir.

O fato de o rei ser convidado a ler habitualmente a *Torah* (Dt 17,18-20) é mais uma forma de nivelar o rei com seus compatriotas. A própria sucessão dinástica depende, em última instância, desta fidelidade do rei a *Yahweh* (CRAIGIE, 1976, p. 257).

Essa primeira e mais antiga legislação, na ordem canônica da *Tanakh*, não foi obedecida por quase nenhum rei de Israel. Saul não obedeceu a *Torah* (1Cr 10,13-14). Davi pecou se apossando de mulheres de outros (2Sm 11). Salomão errou em todos os quesitos: cavalos (1Rs 5,6; 10,26), mulheres (1Rs 11,3) e prata e ouro (1Rs 10,10.14). Depois destes primeiros, quase todos os reis posteriores tiveram dificuldades em obedecer a *Torah*. O rei Jeoaquim foi denunciado por Jeremias justamente por sua postura gananciosa e opressora (Jr 22,13-19; DRIVER, 1902, p. 212).

Esta dificuldade justifica a relutância de Samuel em conceder um rei a Israel, conforme o pedido dos anciãos (1Sm 8). Assim, apesar de haver um discurso permissivo quanto à instituição do reinado, na prática, o reinado sempre evocava o perigo da

exaltação de uma pessoa muito acima das outras conforme o "direito do rei" (1Sm 8,9.11; 10,25; Dt 17,14-20).

Os livros históricos posteriores, de Samuel e Reis traçam a história do fracasso da monarquia em incentivar a fidelidade do reino de Israel e do reino de Judá, reinos que surgiram a partir do antigo Israel tribal (ARNOLD; BEYER, 2001, p. 254). O reinado de Saul, de Davi e de Salomão, apesar de bons momentos, nunca alcançaram os ideais de Deuteronômio 17. Os reis posteriores, do chamado reino dividido, com raras exceções, confirmaram o grande perigo da monarquia e da liderança centralizada.

Jacques Ellul (2005, p. 69-70) ficou admirado em ver que a avaliação da monarquia transmitida pela historiografia dos Profetas Anteriores conduz à seguinte regra geral: os reis "bons", que servem a *Yahweh* e que não oprimem o povo, são habitualmente derrotados ou intimidados por seus inimigos; os reis "maus", adoradores de ídolos e injustos com o povo, são normalmente os que expandem fronteiras e que derrotam inimigos. Com isto, percebe-se que os comportamentos imperialistas fazem sucesso, mas são recriminados pela ética dos profetas.

Essa clara oposição à monarquia que se vê nos escritos dos Profetas se confirma na atuação prática deles: normalmente eles tinham uma palavra de crítica e oposição aos reis – eram um "contrapoder" na monarquia israelita (ELLUL, 2005, p. 71).

Desta forma, cânones do anarquismo podem ser vislumbrados nesta legislação:

a) Os governantes não são necessários;
b) Os governantes são permitidos desde que desenvolvam um Estado que não interfira demais na vida do povo, não o sobrecarreguem com impostos e com obrigações;
c) Os governantes são permitidos desde que se submetam às mesmas leis do povo em geral, sem privilégios.

Uma prova da influência contínua e perene da legislação de Deuteronômio 17 sobre as comunidades judaicas posteriores pode ser aquilatado pela clara utilização deste texto no "Rolo do Templo", um dos Manuscritos do Mar Morto descoberto nas cavernas de Qumran, no deserto da Judeia. Neste documento, não somente as recomendações de Deuteronômio 17 serão radicalizadas, mas também, ao final, o rei deve submeter-se ao Sumo-Sacerdote, ou seja, pelo menos aquela comunidade judaica entendia que o poder cívico não pode ultrapassar o poder religioso e cultual (ROITMAN, 2015, p. 215-216).

7 Elogios ao anarquismo nos livros históricos dos *Kethuvim*

A obra do Cronista, entendida como uma releitura da história religiosa de Israel desde as origens até a restauração da nação nos tempos de Esdras e Neemias, também formulou elogios e aparente aceitação de várias das premissas do anarquismo. Depois do exílio, o decreto do rei Ciro, o persa, permitiu o retorno dos judeus exilados para a região de Jerusalém e da Judeia (2Cr 36,22-23; Esd 1,1-4). Desde então, a monarquia davítica nunca mais levantou-se e tornou-se parte da esperança messiânica dos profetas pós-exílicos (Ag 2,20-23).

Contudo, o discurso do governante justo, igualitário e servidor do povo é descrito em Neemias. Apesar de vir a Jerusalém com todo o apoio do grande rei persa, ele não se utilizou de sua posição para explorar o povo e nem de suas prerrogativas para

estabelecer hierarquias opressivas (Ne 5,14-18). Sua gestão e execução participativa da obra nos muros (Ne 3), na vigilância dos portões e da cidade (Ne 7,1-4) inspira os melhores ideais anarquistas de cooperação e cooperativismo. Seu grande esforço para a leitura e prática da lei (Ne 8-10) fazia com que a fonte da autoridade para a vida cívica não se depositasse na ordem política ou na estrutura governamental, mas na raiz cultural-religiosa da nação.

Neemias torna-se, no fim das narrativas bíblicas, o bom modelo do regente profetizado em Deuteronômio 17 e didaticamente apresentado nos recortes históricos da obra do Cronista. Os livros de Crônicas, como uma releitura da *Tanakh* até o seu tempo, apresentaram apenas os aspectos positivos dos melhores governantes da nação: Neemias, como clímax desta obra, encarna o "governador ideal" num procedimento claramente paralelo e similar a um modelo anarquista de autogestão, trabalho em cooperação e interferência mínima na taxação do povo.

Dessa porção dos *Kethuvim*, Neemias governa em moldes anarquistas de forma que:

a) O melhor governante, não dá ordens mas exemplo; ele é o primeiro a seguir a Torah;
b) O melhor governante incentiva a autogestão e o trabalho comunitário: a divisão de tarefas e o exercício voluntário das tarefas cívicas;
c) O melhor governante não cobra impostos e nem oferece privilégios aos seus associados, mas serve liberal e voluntariamente.

Uma conclusão histórica inevitável é que os governantes de Israel fizeram a nação se perder. Assim dirão alguns profetas. O que estamos apresentando como um anarquismo incipiente, observável em alguns aspectos do arranjo das doze tribos em suas heranças, fica como um projeto abandonado que, se tivesse sido obedecido, teria dado à nação outra história político-social.

8 Sinais do anarquismo nos Profetas Posteriores

Alick Isaacs (2011, p. 84) encontra no profeta Isaías (Is 1-6), um discurso crítico à monarquia de seu tempo, pontuando aspectos que são recorrentes na perspectiva anarquista:

> 'Pois eis que o Senhor dos Exércitos tirou Jerusalém de Judá.' A visão de Isaías envolve mais do que a crítica da monarquia. Sua inversão carnavalesca do governo humano expressa não apenas o desmantelamento do poder humano; ele parodia a monarquia e o governo, expondo sua dependência final. Quando a vulnerabilidade humana é totalmente exposta, a arrogância de reis, primeiros-ministros e presidentes é a matéria-prima da sátira. Portanto, Isaías descreve uma Jerusalém governada por crianças e bebês (ISAACS, 2011, p. 84, tradução minha).

Mark Van Steenwyk (2012) considera Ezequiel 34 como uma perícope "proto-anarquista" da *Tanakh*. A crítica aos governantes é aquela que faz coro com todo o pensamento anarquista. De Ezequiel 34 se deduz que:

a) O governo não cuida do povo, mas cuida de seus interesses;
b) O governo oprime o povo e se aproveita dele;

c) O governo desconsidera o cuidado do povo em suas fragilidades e dificuldades;
d) O governo usa a força e o poder para se afirmar e obter vantagens em seus projetos pessoais.

Neste sentido, todos os profetas que clamaram contra as injustiças dos governantes, tais como Miquéias (Mq 3,1-4.9-12), faziam suas críticas em conformidade com os fundamentos do pensamento anarquista que vê nos governantes uma contínua fonte de opressão e de intromissão na vida pacífica e comum do povo.

9 *Insights* anarquistas nos livros poéticos e de sabedoria dos *Kethuvim*

Os *Kethuvim*, em geral, tem uma atitude conservadora e tradicional, especialmente no que diz respeito aos livros de sabedoria. Jó e Eclesiastes, contudo, representam uma crítica e um questionamento da sabedoria tradicional. No caso de Eclesiastes, observamos que ele apresenta discursos que poderiam ser avaliados como pró-anarquistas no sentido de apontar problemas ligados à monarquia e aos governantes.

O Pregador denuncia a injustiça dos tribunais (Ecl 3,16). Ele fala sobre o governo tolo e envelhecido que não consegue ouvir críticas (Ecl 4,13), a impossibilidade de questionar os reis (Ecl 8,4), sobre os tolos colocados em postos de alta autoridade e poder (Ecl 10,6) e critica os governantes infantis e tolos (Ecl 10,16). Sua descrição da hierarquia da opressão e da exploração do povo por todos os intermediários do governo até chegar no rei é feita exemplarmente dentro do que se pode considerar um discurso anarquista (Ecl 5,8-10). Neste texto, Ellul (2005, p. 72) chama a atenção da crítica profética da burocracia, filha da hierarquia. A falta de liberdade e privacidade se vê na advertência contra a crítica política, pois os "ouvidos do rei" estão por toda a parte (Ecl 10,20).

Ao ler o Eclesiastes, reforça-se a possibilidade de uma leitura anarquista do pensamento bíblico com conceitos tais como:

a) Os governos tentem ao autoritarismo e ao abuso do poder;
b) Os governos possibilitam e perpetuam injustiças e maldades;
c) Os governos muitas vezes são surdos aos pedidos e reclamações do povo;
d) Os governos têm muitos ineptos e incapazes em altos cargos;
e) Os governos oprimem qualquer um que os critique e que fale com liberdade o que pensa contra o governo;
f) Os governos exploram e sobretaxam o povo e os trabalhadores.

Os *Kethuvim* são críticos em relação ao governo embora não tenham uma proposta claramente anarquista. Esta crítica do tipo anarquista funciona não como proposta de governo, mas de controle aos governos, quaisquer que sejam.

10 Considerações finais

A pregação dos profetas, desde Samuel, em muitos momentos foi crítica da monarquia e do governo com base em premissas que tangenciam o que se pode classificar

como discursos que pertencem ao anarquismo, historicamente muito posterior. Este discurso anarquista percorre muitos textos da *Tanakh*.

A primeira organização das doze tribos de Israel assentadas na terra de Canaã era, conforme o livro de Juízes, uma confederação sem governo central, com características próprias de muitas propostas do anarquismo. A resistência para aceitar os primeiros reis decorreu da percepção de que este anarquismo favorecia a submissão a *Yahweh* como único rei.

Os direitos dos reis eram, em última instância, uma declaração dos problemas do estabelecimento de governos, formulados para incentivar o povo a não aceitar tais posturas opressivas que decorrem do governo humano. Apesar disto, a monarquia foi adotada e gerou muitas dificuldades para a nação de Israel em toda sua história.

Embora um governo humano estivesse previsto como possibilidade para as doze tribos na *Torah*, não era a melhor solução para elas, conforme o pensamento dos *Nevi'im* (Profetas) ou dos *Kethuvim* (Escritos). Estes livros deixaram no cânon judaico o registro de suas críticas ao governo nos aspectos assinalados posteriormente pelo pensamento anarquista. Assim como os anarquismos modernos não têm conseguido, historicamente, atingir o poder e formular uma proposta de governo que tenha sido adotada e praticada por alguma nação, sua contribuição é semelhante à contribuição do discurso profético anarquista da *Tanakh*: um discurso de correção dos excessos dos governos e uma proposta para grupos menores da sociedade.

Esta constatação de uma vertente anarquista na *Tanakh* será muito útil para compreender o Novo Testamento em sua crítica contra o imperialismo, contra o clientelismo e contra todas as formas de hierarquização opressora das comunidades. Esta leitura também nos prepara para nos libertarmos da ideologia de apoio irrestrito aos governos que tem sido divulgada como se fosse doutrina cristã. O mundo religioso, sobretudo o evangélico, tem transformado o "conformismo" em virtude (ELLUL, 2005, p. 12). Tais atitudes são claramente perceptíveis na dinâmica político-religiosa do Brasil no Século XXI.

Contudo, na melhor herança dos profetas, da qual Jesus participava como judeu e profeta galileu, o pensamento com elementos anarquistas tem boas contribuições a fazer para um engajamento cristão nas questões sociopolíticas.

Algumas máximas, hauridas dos estudos acima, podem nos ajudar hoje:

a) O governo não fará por nós o que é necessário ser feito;
b) "Podemos nos organizar à margem. Podemos denunciar não apenas os abusos de poder, mas os abusos DO poder" (ELLUL, 2005, p. 34, tradução minha);
c) Urge agir como um segmento do terceiro setor focado em soluções comunitárias de autogestão e de envolvimento popular;
d) O anarquismo não funciona como forma de governo, mas como forma de superação do governo, à parte e à margem dele e da sociedade;
e) É pouco provável que um governo anarquista assuma o controle da sociedade, mas é necessário que ideais anarquistas sejam proclamados, qualquer que seja a forma de governo.

O pensamento anarquista e sua lógica da liberdade, igualdade, fraternidade, cooperação, cooperativismo etc. fazem parte do eterno arsenal dos profetas de todas as épocas, em busca de uma sociedade mais justa, menos opressiva e mais próxima das utopias de todos os grandes pensadores da humanidade.

Referências

ARCHER JR., Gleason L. *Merece Confiança o Antigo Testamento*: Panorama de Introdução. São Paulo: Vida Nova, 1974.

ARNOLD, Bill T.; BEYER, Bryan E. *Descobrindo o Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

BLOCK, Daniel I. The Period of the Judges Religious Disintegration Under Tribal Rule. *In:* GILEADI, Avraham. *Israel's Apostasy and Restoration*. Grand Rapids: Baker Book House, 1988. p. 39-57.

BOECKER, Hans Jochen. *Orientação para a vida*: Direito e lei no Antigo Israel. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

BRIEND, Jacques (Org.). *Israel e Judá*: textos do Antigo Oriente Médio. São Paulo: Paulinas, 1985.

BRIEND, Jacques; LEBRUN, R.; PUECH, E. *Tratados e Juramentos no Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Paulus, 1998.

BUBER, Martin. *O Socialismo Utópico.* São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASSUTO, Umberto. *A Commentary on the Book of Genesis*. Jerusalem: The Magnes Press, 1974-1978. v. 1.

CHRISTOYANNOPOULOS, Alexandre; ADAMS, Matthew S. (Eds.). *Essays in Anarchism and Religion*: Volume 1. Stockholm: Stockholm University Press, 2017.

CHRISTOYANNOPOULOS, Alexandre; ADAMS, Matthew S. (Eds.). *Essays in Anarchism and Religion*: Volume 2. Stockholm; Stockholm University Press, 2018.

CHRISTOYANNOPOULOS, Alexandre; ADAMS, Matthew S. (Eds.). *Essays in Anarchism and Religion*: Volume 3. Stockholm; Stockholm University Press, 2020.

CLEMENTS, R. E. *O Mundo do Antigo Israel*: perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas. São Paulo: Paulus, 1995.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CRAIGIE, Peter C. *The Book of Deuteronomy*. Grand Rapids: Eerdmans, 1976.

CROWDER, George. *Classical Anarchism*: Political Thought of Godwin, Proudhon, Bakunin, and Kropotkin. Oxford: Clarendon Press, 1991.

DE VAUX, Roland. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

DRIVER, S. R. *The International Critical and Exegetical Commentary on Deuteronomy*. 3th ed. Edinburgh: T. & T. Clark, 1902.

ELLUL, Jacques. *Anarquía y cristianismo*. México: Editorial Jus, 2005.

ELLUL, Jacques. *The Politics of God & the Politics of Man*. Grand Rapids: Eerdmans, 1972.

HOLLADAY, William L. *Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2010.

ISAACS, Alick. *A prophetic peace*: Judaism, religion, and politics. Bloomington: Indiana University Press, 2011.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura. *Dicionário Grego-Português*: Volume 1. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

MCCARTHY, Dennis J. *Treaty and Covenant*: A Study in Form the Ancient Oriental Documents and in the Old Testament. Romae: E Pontificio Istituto Biblico, 1963.

MOORE, George E. *The International Critical and Exegetical Commentary on Judges*. Edinburgh: T. & T. Clark,1958.

MORRIS, Brian. *Pueblos sin gobierno*: Antropología de la anarquía. Disponível em: https://es.theanarchistlibrary.org/library/brian-morris-pueblos-sin-gobierno.pdf. Acesso em: 4 dez 2021.

ROITMAN, Adolfo D. *Bíblia, Exegese e Religião*: uma leitura do judaísmo. São Paulo: Vida, 2015.

VAN STEENWYK, Mark. *What holy anarchist*: Reflexions on Christianity & Anarchism. Minneapolis: *Misio Dei*, 2012. E-book.

WALTON, John; MATTHEWS, Victor; CHAVALAS, Mark. *Comentário Bíblico Atos – Antigo Testamento*. Belo Horizonte: Editora Atos, 2003.

WRIGHT, Nicholas Thomas. *The New Testament and the People of God*. Minneapolis: Fortress Press, 1992.

YOUNG, Edward J. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1964.